

29 de junho de 2021

Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Arthur Lira
c/c para a Excelentíssima Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de
Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, Sra. Bia Kicis

Ref.: Repúdio à aprovação do PL 490/2007 e à violência contra mobilizações
indígenas

Vossa Excelência,

Vimos, por meio dessa manifestação, demonstrar nosso repúdio à aprovação do PL 490/2007, na quarta-feira passada (23 de junho), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara das Deputados. O projeto pretende legalizar a "tese do marco temporal" e, com isso, inviabilizar a demarcação de terras indígenas no Brasil.

O texto aprovado é um ataque aos direitos constitucionais dos povos indígenas e abre brechas para a exploração predatória de suas terras, causando danos irreversíveis a estes povos e ao Meio Ambiente. A aprovação se torna ainda mais grave ao considerar que não houve participação popular, especialmente de representantes indígenas, no processo. Participação que poderia ter sido assegurada por meio de audiências públicas, por exemplo.

O PL 490/2007 também viola a Convenção 169 da OIT (Organização Mundial do Trabalho), que estabelece a necessidade de realização de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas sobre medidas que afetam seus direitos, seu modo de vida e a sua cultura.

É igualmente condenável a violência policial desmedida contra as lideranças e mobilizações indígenas ocorridas em Brasília nesta semana contra o já citado PL 490/2007. A integralidade e segurança dessas populações devem ser resguardadas

à luz das garantias constitucionais e na esteira da salvaguarda dos direitos humanos.

Desde o dia 8 de junho, mais de 800 indígenas de mais de 40 povos estão protestando em Brasília no Acampamento Levante pela Terra (ALT), mobilização contra as propostas legislativas que atacam diretamente direitos dos povos indígenas como os relativos a seus territórios, cultura e demarcação de terras. Depois de dois anos sem mobilizações presenciais, as lideranças se reuniram em Brasília para reforçar as denúncias acerca das violências em curso contra os direitos constitucionais garantidos aos povos indígenas do Brasil.

No dia 22 de junho, um grupo de indígenas protestava contra o PL 490/2007 quando foram reprimidos com violência pela Polícia Militar do Distrito Federal, com gases de efeito lacrimogêneo e moral, em frente ao Anexo 2 da Câmara de Deputados. Segundo relato das lideranças indígenas ali presentes, haviam crianças e anciãos que foram submetidos aos efeitos dessa repressão policial e tiveram que receber atendimento médico imediato, confirmando a falta de razoabilidade por parte das autoridades policiais.

Repudiamos profundamente o desconhecimento ou o *não* reconhecimento dos direitos dos povos originários. Trata-se do reflexo do racismo estrutural, da estrutura discriminatória profundamente enraizada que se manifesta na atual negligência e negação dos direitos dos povos indígenas na formação do Estado brasileiro, até os desdobramentos mais recentes associados às mudanças no cenário político.

É preocupante a intensificação da violência contra povos indígenas, resultado do aumento de atividades ilegais em suas terras, como exploração minerária, garimpo e extração de madeira; da construção de hidrelétricas, da expansão do agronegócio, dentre outras atividades empresariais que colocam em risco a própria existência dos povos indígenas.

Os episódios do dia 22 de junho e a aprovação do PL 490/2007 no âmbito da CCJ confirmam que os atuais interesses legislativos voltados para as temáticas socioambientais estão diretamente relacionados com a intensificação da violação de direitos dos povos originários, dos povos tradicionais e dos povos quilombolas que historicamente lutam pela garantia de suas existências..

Posicionar-se contra esse cenário é papel do poder público brasileiro, é papel das diferentes esferas que compõem o Estado Democrático de Direito em que

estamos inseridos. Não cabe ao presidente da Câmara de Deputados, casa representativa da população, se colocar contra a participação legítima dos povos indígenas no debate de matérias que dizem respeito às suas vidas de maneira integral. O dever do poder público é de cumprir com normas, recomendações e precedentes no âmbito do direito internacional dos direitos humanos em defesa da vida.

Prestamos nossa solidariedade aos representantes dos diversos povos indígenas que foram vítimas da repressão policial enquanto exerciam o direito constitucional de se manifestarem frente aos contínuos retrocessos contra os povos indígenas, seus territórios e os direitos conquistados e respaldados pela Constituição Federal de 1988.

Trata-se de mais uma das lamentáveis ameaças ao direito à vida, ao direito à sua cultura, ancestralidade e autonomia para desenvolverem seus territórios de acordo com suas demandas, respeitando seus estilos de vida. Esse acontecimento representa mais uma das ações institucionais que revelam as profundas desigualdades que compõem o racismo estrutural brasileiro.

Sendo assim, junto com os movimentos indígenas e as organizações indigenistas e de direitos humanos, reforçamos nosso repúdio contra as diversas violações dos direitos dos povos indígenas que levaram à necessidade do Levante pela Terra.

Nos solidarizamos aos povos indígenas e reafirmamos nosso compromisso em defesa de seus direitos, especialmente na tentativa de barrar o avanço desta pauta no Congresso Nacional.

Atenciosamente,

#partida MG

350.org Brasil

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

Ação Educativa

AJOPAM - Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mutua

Amazon Rebellion - UK

Amazon Watch

Amigos da Terra - Amazônia Brasileira

Amigos da Terra Brasil

Anistia Internacional Brasil

APRODAB - Associação das Professoras e dos Professores de Direito Ambiental do Brasil

Arte na Terra

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Articulação Paulista de Agroecologia

Associação Brasileira de Agroecologia

Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero e Raça

Associação de Agroecólogas de Pernambuco

Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Associação de Difusão Comunitária TV Que Vê

Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários -AEPIM

Associação de Favelas de São José dos Campos - SP

Associação dos Witotos do Alto Solimões - AWAS

Associação Floresta Protegida

Associação Fórum Suape Espaço Socioambiental

Associação indígena do Povo Anace da Aldeia Planalto Cauipe (AIPAPC)

Associação Indígena do Povo Arara da Cachoeira Seca - KOWIT

Associação Juízes para a Democracia - AJD

Associação Multiétnica Wyka Kwara

Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps)

Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro - Anga

Associação Popular dos Centros Socialistas

Associação Povos da Terra - POTI

Associação Redes de Desenvolvimento da Maré

Association Franco-Brésilienne pour les Peuples - AFBP

Banhado resiste

Beabah! Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul

Bixiga sem Medo

Blog Combate Racismo Ambiental

Brics Policy Center

Business and Human Rights Resource Centre

Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais

Centro Acadêmico Antônio Junqueira de Azevedo

Centro Acadêmico de Psicologia Nise da Silveira (CAPSI/UFPA)

Centro Cultural Corrente do Bem

Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)

Centro de Direitos Humanos de Cristalândia- Dom Heriberto Hermes

Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes

Centro de Pesquisas em Proteção Internacional de Minorias da Universidade de São Paulo

Centro de Trabalho Indigenista

Centro Espiritual Xamânico Cabana da Fronteira

Clínica de Direitos Humanos da UFMG

Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Amapá

Coletivo Amsterdam pela Democracia

Coletivo Ecosocialista

Coletivo Feminista Manacá

Coletivo Japy

Coletivo Mulheres da Terra

Coletivo para o Acesso à Justiça Internacional (CAJIN)

Coletivo Por Um Brasil Democrático - Los Angeles

Coletivo Voz e Rua

Coletivo660

Collectif Alerte France Brésil/ MD18

Comissão Pastoral da Terra

Comissão Pró-Índio de São Paulo

Comitê Chico Mendes

Conectas Direitos Humanos

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP

Conservação Internacional (CI-Brasil)

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Defensores do Planeta

Diretório Acadêmico Escípio Cunha Lobo do Instituto de Psicologia da PUC Minas

Ecoa - Ecologia e Ação

Ecoar - Juventude Ecosocialista

Engajamundo

Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa - EPUCA

FAOR Fórum da Amazônia Oriental

FEDERAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO PARÁ

Formad - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Fórum Social de Manguinhos

Frente Progressista - Vancouver

Fridays For Future Brasil

FUNBEA - Fundo Brasileiro de Educação Ambiental

Fundação Araporã

Fundação Grupo Esquel Brasil

Fundação SOS Mata Atlântica

GEEMA - Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente

Greenpeace

Grupo de Consumo Agroecológico Sepé Tiaraju

Grupo de Trabajo Ecología(s) Política(s) Desde El Sur / Abya Yala, CLACSO

Grupo Semente

Homa - Centro de Direitos Humanos e Empresas

Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

INA - Indigenistas Associados

Instituto Alana

Instituto Alok

Instituto Brasileiro de Advocacia Pública - IBAP

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase

Instituto das Irmãs da Santa Cruz

Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais - IPDMS

Instituto Democracia e Sustentabilidade

Instituto Korango de Comunicação e Pesquisa

Instituto Maíra

Instituto Maria e João Aleixo

Instituto Socioambiental

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN

Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia

International Accountability Project

International Rivers

Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

ISER - Instituto de Estudos da Religião

Justiça Global

Justiça nos Trilhos

Land is Life

Marcha Mundial Por Justiça Climática - Marcha Mundial do Clima

Missão Paz

MNCCD - Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

Movimento de Organização de Base (MOB-MG)

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MST

Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador - NEAST/ISC/UFMT

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - NEPEM UFMG

Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos - UnB

Observatório do Clima

Ocareté

Operação Amazônia Nativa - OPAN

Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Partido Socialismo e Liberdade - Regional Caucaia - PSOL Caucaia

Pastoral Carcerária para Questão da Mulher Encarcerada

Plataforma CIPÓ

Poetas Conspiradores Latino América

Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Projeto Guardiões Ambientais Ribeirinhos

Projeto Saúde e Alegria

Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Rede Brasileira de Saberes Descoloniais

Rede Capixaba de Educação Ambiental

Rede CineFlecha

Rede Curitiba Climarica - RECC

Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos

Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica

Resama - Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais

Setorial Ecosocialista Zé Maria do Tomé - Psol/CE

SINASEFE - Seção Sindical IFES

Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal em Pernambuco - Sintrajuf/PE

SINDMPU/SP - Seção SP do Sindicato Nacional dos Servidores do MPU

Survival International

Toxisphera Associação de Saúde Ambiental

TRANSFORMA MP - Coletivo por um Ministério Público Transformador

Tribo Ticuna - JLTT

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

Uneafro Brasil

União Estadual dos Estudantes de Mato Grosso

União Nacional dos Estudantes

União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

União Paulista dos Estudantes Secundaristas

Unidade Popular pelo Socialismo

World 's Youth for Climate Justice - Frente Brasil

WWF Brasil